

## ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LEI No

DE DE

DE 2011

Institui o Domicílio Tributário Eletrônico DT-e.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Esta lei institui o Domicílio Tributário Eletrônico DT-e, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí SEFAZ PI.
- Art. 2º Fica instituído o Domicílio Tributário Eletrônico DT-e para comunicação eletrônica entre a SEFAZ -PI e o sujeito passivo das obrigações tributárias e não tributárias estaduais.
  - § 1° Para os fins desta Lei, considera-se:
- I domicílio eletrônico, o portal de serviços e comunicações eletrônicas da SEFAZ PI, disponível na Internet;
- II meio eletrônico, qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;
  - III transmissão eletrônica, toda forma de comunicação de dados;
- IV assinatura eletrônica, aquela que possibilite a identificação inequívoca do signatário e utilize:
- a) certificado digital emitido por Autoridade Certificadora integrante da hierarquia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP Brasil; ou
- b) certificado digital emitido ou reconhecido pela SEFAZ -PI e aceito pelo sujeito passivo de obrigações tributárias e não tributárias para com a SEFAZ; ou
  - c) cadastro de identificação eletrônica administrado pela SEFAZ -PI.
- § 2º A comunicação entre a SEFAZ -PI e a pessoa a quem o sujeito passivo tenha outorgado poderes para representá-lo será feita na forma desta Lei.
- Art. 3º A SEFAZ -PI poderá utilizar a comunicação eletrônica para, dentre outras finalidades:
  - I cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;
  - II encaminhar notificações e intimações;
  - III publicar editais; e
  - IV expedir avisos em geral.

Art. 4º A utilização da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo dar-se-á após seu credenciamento na SEFAZ – PI e será realizado na forma prevista na legislação



## ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Parágrafo único. Ao credenciado será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da SEFAZ -PI, com tecnologia que preserve o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações

- Art. 5º Realizado o credenciamento de que trata o art. 4º, as comunicações da SEFAZ PI serão feitas através do DT-e, dispensando-se qualquer das outras formas previstas na legislação, ressalvado o disposto no § 4º.
- § 1º A comunicação feita na forma prevista no caput deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.
  - § 2º Considerar-se-á realizada a comunicação:
  - I no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao seu teor; ou
- II decorridos 15 (quinze) dias, contados da data da postagem da comunicação no DTe, caso não ocorra a consulta referida no inciso I.
- § 3º Quando os prazos referidos no § 2º recaírem em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil subsequente.
- § 4º No interesse da Administração Pública, a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação.
- Art. 6º Ao credenciado na forma do artigo 4º, será possibilitada a utilização de serviços eletrônicos disponibilizados pela SEFAZ PI no portal do DT-e, mediante uso de assinatura eletrônica.
- Art. 7º Para assinar comunicações e documentos eletrônicos, o servidor público deverá utilizar certificado digital emitido por Autoridade Certificadora integrante da hierarquia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP Brasil.
- Art. 8º Documentos transmitidos na forma do artigo 2º, § 1º, inciso IV, alínea "a", contam com garantia de autoria, autenticidade e integridade, nos termos da legislação federal específica.
- § 1º A transmissão de documentos que correspondam à digitalização de documentos em papel pressupõe a declaração explícita de que são cópia autentica e fiel de seus originais, nos termos da legislação civil e criminal.
- § 2º Os originais dos documentos digitalizados, a que se refere o § 1º, deverão ser preservados pelo seu detentor, podendo ser requerida a sua apresentação a qualquer tempo.
- § 3º A não apresentação dos originais referidos no § 2º, ou de declaração de autoridade que possua fé pública de que os documentos eletrônicos transmitidos representam cópia autêntica e fiel de seus originais, poderá resultar na exclusão dos autos dos referidos documentos eletrônicos, e tais arquivos digitais passarão a fazer prova unicamente em favor da Administração Pública.
- Art. 9º Considera-se entregue o documento transmitido por meio eletrônico no dia e hora da emissão do Protocolo de Recebimento gerado pela SEFAZ -PI.
- § 1º Quando os documentos forem transmitidos eletronicamente para atender prazo, serão considerados tempestivos aqueles transmitidos até as vinte e quatro horas do último dia do prazo previsto na comunicação, observado o horário de Brasília - DF, que será registrado no protocolo eletrônico disponibilizado.
- § 2º No caso de indisponibilidade técnica da SEFAZ-PI, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.



## ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Art. 10. Ato do Poder Executivo estabelecerá normas complementares necessárias à regulamentação desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 15 de dezembro de 2011.

Dep./THEMISTOCLES FILHO

Presidente

1º Secretário

Depa LIZIE COELHO

2º Secretário



AL-P-(SGM) Nº 414

Teresina(PI), 22 de dezembro de 2011.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminharlhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria do **Poder Executivo** que:

"Institui o Domicílio Tributário Eletrônico DT-e."

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. THEMÍSTOCLES FILHO
Presidente

Excelentíssimo Senhor WILSON NUNES MARTINS Digníssimo Governador do Estado do Piauí Palácio de Karnak NESTA CAPITAL